

Adaptações às mudanças climáticas: biodiversidade e agronegócio

09.11.2021 4 minutos de leitura

Áreas relacionadas

Ambiente, Clima e Mineração

Assuntos

Carbono Ambiente, Clima e

Mineração Agronegócio

A 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26) é considerada por muitos especialistas como a última chance do mundo para controlar o avanço das mudanças climáticas e alcançar os objetivos de redução de emissões propostos no Acordo de Paris.

Isso porque é na COP26 que os países terão a oportunidade de atualizar seus planos de redução de emissões previstas no Acordo. As metas de redução voluntárias propostas por cada país (NDCs) são atualizadas a cada cinco anos, com a ambição de aumentar a proposta apresentada anteriormente.

Contudo, conforme o presidente-designado da COP26 expôs, os compromissos estabelecidos em Paris ainda estão longe de limitar o avanço do aquecimento global. Apesar de o Brasil ter contribuído com apenas 2,9% das emissões líquidas globais de gases de efeito estufa (GEEs) em 2019, esse valor representa 9,6% a mais de emissão de GEE em comparação com o ano anterior, elevando o país à sétima maior emissão do planeta. Nesse cenário, a agropecuária representa a segunda maior fonte de emissão do país, sendo 28% do total de GEEs emitidos.

Diante disso, o Brasil vai à COP26 com o compromisso de alcançar emissão líquida zero de GEEs em 2050, com discussões concentradas no uso da terra e florestas e no agronegócio, já que não cumpriu com a promessa de redução do desmatamento ilegal, firmado na COP21.

Para isso, o Brasil tem apresentado avanços significativos na direção de um agronegócio de baixo carbono. Dentre os principais, estão o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC+), o RenovaBio, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a consolidação do Novo Código Florestal Brasileiro, a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), o uso do Sistema de Plantio Direto (SPD), e o uso de energias renováveis – de acordo com o Ministério de Minas e Energia, quase metade da energia elétrica produzida no Brasil vem de fontes renováveis. Ainda, o Brasil assinou compromisso global pela redução de 30% da emissão de gás metano.

A agropecuária brasileira, inclusive, foi reconhecida por sua sustentabilidade pelo relatório *“Socioeconomic and food security dimensions of climate change in the agricultural sector”*, publicado em abril de 2021, pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática. No documento, o ILPF foi citado como responsável por contribuir com a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico, visto que enquanto promove a recuperação de áreas de pastagem degradadas, agrega na mesma propriedade, diferentes sistemas produtivos, de modo a melhorar a fertilidade do solo e otimizar e intensificar o seu uso. O relatório destacou ainda que produtividade brasileira aumentou em 386% e a área agrícola em

apenas 83% em razão do investimento do Brasil em políticas públicas relevantes e tecnologia de base científica.

Nesse sentido, também cabe destaque ao Plano ABC+, que tem como eixos orientadores o enfrentamento dos impactos diversos da mudança do clima, e o aumento da resiliência e da sustentabilidade do setor agropecuário, através da adoção de tecnologias para a produção com o compromisso de redução de gases de efeito estufa. Da mesma forma, o RenovaBio, Política Nacional de Biocombustíveis, tem como objetivo promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e assegurar certa previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de GEEs na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

Nota-se, portanto, que a COP26 será uma oportunidade para o Brasil estabelecer condições objetivas para que o agronegócio contribua com a mitigação de emissão de gases de efeito estufa e a descarbonização de cadeias produtivas, mas também endereçar as necessidades de adaptação do setor às mudanças climáticas.

*Este conteúdo faz parte do **e-book "Mudanças Climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono". Clique aqui** para acessar os outros artigos.*

Deseja receber nossos informativos no seu e-mail? Faça seu cadastro.